



# Fundo Asilo, Migração e Integração 2030

---

FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO  
AO PROGRAMA APROVADO PELA COMISSÃO  
EUROPEIA ATRAVÉS DE DECISÃO C(2022) 9332  
FINAL, DE 08/12/2022

---

Deliberação n.º 5/CAFAMI2030/2023 – 28.07.2023



Cofinanciado pela  
União Europeia

**Controlo do documento**

<b>Versão</b>	<b>Data reporte</b>	<b>de</b>	<b>Data aprovação</b>	<b>de</b>	<b>Descrição</b>
01	13/07/2023		28/07/2023		Versão inicial

**ÍNDICE**

1.	CONSIDERANDOS.....	4
2.	PROPOSTA .....	5
2.1	MODELO DE GOVERNAÇÃO DO FAMI 2030 .....	6
2.2	EXERCÍCIO DE PLEDGING PARA A REINSTALAÇÃO E ADMISSÃO POR MOTIVOS HUMANITÁRIOS 2023 .....	6
2.3	MUDANÇA DE PARADIGMA NA FORMA COMO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SE RELACIONA COM OS CIDADÃOS ESTRANGEIROS.....	7
2.4	COORDENAÇÃO, A COMPLEMENTARIDADE E A COERÊNCIA ENTRE OS FUNDOS EUROPEUS .....	7
2.5	AJUSTAMENTOS DE MEDIDAS À LUZ DO DIAGNÓSTICO ATUAL.....	8
2.6	ALTERAÇÕES DE NATUREZA REDATORIAL .....	8

## 1. CONSIDERANDOS

Considerando que:

- (a) O Programa FAMI 2030, aprovado pela Comissão Europeia através de Decisão C(2022)9332 final, de 8 de dezembro, observa uma alocação inicial de 70 244 971,00€ e assume a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) como a entidade que assegura as funções de autoridade de gestão e de organismo que recebe os pagamentos da Comissão.
- (b) O Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, introduz uma alteração substantiva no modelo de governação do Programa FAMI 2030, com a modificação da sua autoridade de gestão e do organismo responsável pelo recebimento dos pagamentos da Comissão, bem como do modelo de coordenação política e técnica do Fundo.
- (c) Na sequência do supradito Decreto-Lei, é criada a Autoridade de Gestão do Programa FAMI 2030 através de Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2023, de 10 de fevereiro, e é designada a sua Comissão Diretiva através do Despacho n.º 3761-A/2023, de 23 de março.
- (d) Ainda na sequência do mesmo Decreto-Lei, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. assume as funções de órgão pagador do Programa FAMI 2030, conforme disposto no seu artigo 24.º.
- (e) A Comissão Europeia aprova, através de carta Ref.<sup>a</sup> Ares(2023)2903253 – 25/04/2023, o segundo exercício de *pledging* para a reinstalação e admissão por motivos humanitários, nos termos previstos no artigo 19.º do Regulamento (UE) 2021/1147 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho, o qual se traduz numa alocação adicional ao Programa FAMI 2030 de 2 014 000,00€ (incluindo assistência técnica).

Considerando, também, a recente mudança de paradigma na forma como a Administração Pública se relaciona com os cidadãos estrangeiros, seja na sua entrada e permanência em território nacional, seja no seu acolhimento e na sua integração que resultou, entre outros aspetos, na criação da Agência para a Integração, Migrações e

Asilo, I. P. (AIMA, I. P.), a qual sucede ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras nas suas competências administrativas em matéria de migração e asilo, e ao Alto Comissariado para as Migrações, I. P., nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho.

Considerando, ainda, as necessidades de: 1) promover a coordenação, a complementaridade e a coerência entre os fundos europeus, de forma a evitar uma duplicação de esforços durante a execução dos programas nacionais; 2) alinhar algumas possibilidades de apoio com uma análise atualizada da realidade que lhes subjaz; 3) ajustar algumas questões editoriais.

Por último, tendo presente que o artigo 24.º do Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho, define que o Estado-Membro pode apresentar um pedido fundamentado de alteração de um programa juntamente com o programa alterado, indicando o impacto previsto dessa alteração na consecução dos objetivos.

## 2. PROPOSTA

A Autoridade de Gestão do Programa FAMI 2030 propõe a apresentação de pedido de alteração ao Programa aprovado pela Comissão Europeia através de Decisão C(2022) 9332 final, de 8 de dezembro, tipificado como uma **reprogramação mista** e justificado nos termos que se seguem.

Em concreto, a proposta de uma reprogramação mista traduz a combinação das seguintes tipologias, em conformidade com o disposto na Nota ao Comité dos Fundos para os Assuntos Internos Ref. HOME-Funds/2023/12<sup>1</sup>: 1) **alteração padrão (*Standard amendment*)**; 2) **alteração decorrente do Instrumento Temático (*Thematic Facility amendment*)**; e 3) **alteração de natureza redatorial (*Editorial amendment*)**.

De referir que a proposta de alteração em apreço não impacta na consecução dos objetivos do Programa.

---

<sup>1</sup> Ref. Ares(2023)2447967 – 04/04/2023.

## 2.1 MODELO DE GOVERNAÇÃO DO FAMI 2030

Alinhar o texto do Programa com as disposições do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2023, de 10 de fevereiro, nomeadamente:

- Ajustar qualquer referência ao Comité de Acompanhamento Técnico dos três fundos para a área dos assuntos internos, para Comité de Acompanhamento do Programa FAMI 2030;
- Ajustar qualquer referência à CIC dos três fundos para a área dos assuntos internos para Subcomissão Específica do Programa FAMI 2030;
- Ajustar qualquer referência ao sistema SIGFC para sistema de informação;
- Ajustar o Quadro 10 relativo às Autoridades do Programa, de forma a acomodar o novo modelo de governação do FAMI 2030.

## 2.2 EXERCÍCIO DE PLEDGING PARA A REINSTALAÇÃO E ADMISSÃO POR MOTIVOS HUMANITÁRIOS 2023

Ajustar o texto do Objetivo Específico 4 Solidariedade de forma a acomodar a aprovação do segundo exercício de *pledging* para a reinstalação e admissão por motivos humanitários 2023, comunicada à Autoridade de Gestão do Programa pela Comissão Europeia através de carta Ref.<sup>a</sup> Ares(2023)2903253 – 25/04/2023. Este ajustamento tem, ainda, implicações ao nível da informação constante no:

- Quadros 1, 2 e 3 do Objetivo Específico 4 Solidariedade;
- Quadro 4 da Assistência técnica;
- Quadro 6 das Dotações financeiras totais por fundo e contribuição nacional;
- Quadro 6A relativo ao plano de compromisso sobre pessoas reinstaladas e admitidas por motivos humanitários.

## 2.3 MUDANÇA DE PARADIGMA NA FORMA COMO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SE RELACIONA COM OS CIDADÃOS ESTRANGEIROS

Considerando que a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P. (AIMA, I. P.) sucede, a partir de 29/10/2023 conforme disposto no Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho, ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) nas suas competências administrativas em matéria de migração e asilo, quaisquer referências ao SEF em termos de iniciativas a financiar pelo Programa FAMI2030 são complementadas com a designação AIMA ajustando-se, ainda, outras referências correlacionadas.

## 2.4 COORDENAÇÃO, A COMPLEMENTARIDADE E A COERÊNCIA ENTRE OS FUNDOS EUROPEUS

Após articulação entre as Autoridades de Gestão dos Programas FAMI 2030 e Pessoas 2030, conclui-se pela necessidade de proceder a ajustes na delimitação dos apoios em matéria de formação em língua portuguesa, nomeadamente a que confere certificação de acordo com o QECRL.

Neste contexto, conclui-se pela necessidade de estabelecer uma fronteira inequívoca entre os apoios advindos do Programa FAMI 2030 e do Programa Pessoas 2030, baseada numa variável territorial, o que resulta na seguinte delimitação:

- O Programa FAMI 2030 apoia operações de Português Língua de Acolhimento desenvolvidas nas regiões de Lisboa e do Algarve, bem como na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira.
- O Programa Pessoas 2030 apoia operações de Português Língua de Acolhimento desenvolvidas nas regiões do Norte, Centro e Alentejo.

Em qualquer uma das situações, os Programas FAMI 2030 e Pessoas 2030 podem apoiar operações que visem conferir certificação de níveis A1/A2 e B1/B2 de acordo com o QECRL.

## 2.5 AJUSTAMENTOS DE MEDIDAS À LUZ DO DIAGNÓSTICO ATUAL

### *Mobilidade laboral*

Atento o facto de alguns dos países sinalizados para o desenvolvimento de esquemas de mobilidade laboral não observarem estruturas públicas de emprego consolidadas, importa incluir a possibilidade de envolver estruturas privadas na dinâmica de mobilidade laboral, ampliando assim as hipóteses de apoio do Programa FAMI 2030.

### *Sistema de monitorização do regresso forçado*

Considerando que o número absoluto de afastamentos com escolta até ao país de origem nos anos de 2021 (22 em 299 afastamentos realizados) e 2022 (17 em 131 afastamentos realizados) tem vindo a diminuir, representando neste último ano 13% do total dos afastamentos realizados. Considerando, ainda, que as preocupações com o cumprimento dos direitos humanos são transversais a todo o ciclo de vida do regresso, não se cingindo apenas aos afastamentos com escolta até ao país de origem, importa incluir a possibilidade de o FAMI 2030 apoiar a monitorização de todo o tipo de afastamentos.

## 2.6 ALTERAÇÕES DE NATUREZA REDATORIAL

Tendo em conta que existem alguns erros que, por lapso, ficaram no texto do Programa FAMI 2030, a Autoridade de Gestão propõe a sua correção.





**Cofinanciado pela  
União Europeia**